



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)  
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde  
Comunicação Oral

## **POLÍTICAS DAS EDITORAS CIENTÍFICAS DE PERIÓDICOS NA ÁREA DA SAÚDE<sup>1</sup>**

### ***SAÚDE EM DEBATE: A JOURNAL IN SERVICE OF THE COLLECTIVE HEALTH AREA***

**Monica Garcia, Fiocruz**  
mgarciafiocruz@gmail.com

**Cícera Henrique da Silva, Fiocruz**  
cicera.silva@globo.com

**Resumo:** A partir da década de 1990, impulsionado pela conhecida crise dos periódicos, um novo modelo de comunicação científica emergiu com a transição dos periódicos impressos para a versão eletrônica. Esta nova fase teve um significado marcante tanto para os pesquisadores quanto para os profissionais da informação com relação à acessibilidade, a rápida e eficiente disseminação da informação, além de trazer a esperança que os custos das assinaturas dos periódicos tendessem a ficarem mais baixos. Contudo, várias indagações foram colocadas como desafios e as grandes instituições tiveram que se debruçar na discussão deste novo modelo. Como preservar o material digital? Como garantir o acesso perpétuo à coleção assinada eletronicamente? Como disponibilizar para a comunidade científica este material? O profissional de informação responsável pela gestão de assinaturas de periódicos precisa ter conhecimento destes desafios na hora de decidir pela aquisição do documento eletrônico. Visando obter subsídios para formular uma política para o gerenciamento das assinaturas eletrônicas de periódicos científicos da área da saúde, foi desenvolvida pesquisa documental com as 20 principais editoras científicas contratadas pela instituição e através dos representantes das duas agências que fazem o intermédio entre a instituição e as editoras. Os resultados encontrados revelam uma diversidade na política praticada pelas editoras quanto ao acesso após o cancelamento da assinatura dos títulos eletrônicos, o que dificulta seriamente a gestão destas assinaturas.

**Palavras chave:** Periódicos científicos na área da saúde. Periódicos eletrônicos. Acesso perpétuo. Política de Editoras.

**Abstract:** From the 1990s, driven by the known periodic crisis, a new model of scientific communication emerged with the transition from print journals to electronic version. This new phase

---

<sup>1</sup> O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

had a remarkable significance both for researchers and for information workers with regard to accessibility, rapid and efficient dissemination of information, in addition to bringing the hope that the cost of subscriptions to periodicals tended to be lower. However, several questions were posed as challenges and many learning and research institutions had to address in the discussion of this new model. How to preserve digital material? How to ensure perpetual access to the collection signed electronically? How become available this stuff to the scientific community? The information professional responsible for manage journal subscriptions in the institutions need to be aware of these challenges in order to decide about the purchase of an electronic document. Aiming to gather information to formulate a policy for the management of electronic subscription of scientific journals of the health sector, a documentary research was developed with the 20 leading scientific publishers and the representatives of the two subscription agencies contracted by the institution. The results showed the diversity of the policies practiced by publishers regarding access to the collection after the cancellation of the subscription of electronic journals, which severely hampers the management of the journal collection.

**Keywords:** Scientific journals in the Health Sector. Electronic journals.. Perpetual access.. Policies of Scientific Publishers

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a criação dos primeiros periódicos científicos, em 1665, este tem desempenhado importante papel para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Corroborando este fato, um valioso exemplo a citar, é o caso de Oswaldo Cruz, importante bacteriologista, do Instituto Soroterápico Federal, atualmente Fundação Oswaldo Cruz, um dos responsáveis pela reforma sanitária. Na sua gestão à frente daquele Instituto sempre investiu no desenvolvimento do acervo de periódicos. O primeiro acervo de periódicos chegado à instituição para a criação da Biblioteca de Manguinhos foi formado por títulos impressos na Europa, muitos deles vindo de coleções particulares dos pesquisadores da instituição.

Com o objetivo de manter os pesquisadores atualizados, criou o que pode se dizer o primeiro fluxo de informação entre o acervo e os pesquisadores da instituição. Ele próprio selecionava os artigos mais interessantes e atuais chegados à Biblioteca e escolhia os nomes dos pesquisadores que iriam ler e resumir os textos para futuras apresentações. As reuniões ocorriam semanalmente, todas as quartas-feiras, surgindo a tradicional “Mesa de Quarta-Feira”. Este fluxo de informação criado por Oswaldo Cruz se mantém até hoje.

Desde então, o acervo de periódicos assumiu um lugar de destaque na formação do acervo da instituição, evidenciando sua importância como canal de comunicação formal na comunidade científica e contribuindo para o avanço da ciência. De fato, o periódico nesta biblioteca cumpre o papel de memória e de disseminação do conhecimento na área da saúde, haja vista que não se pratica descarte ou desbastamento de coleções, dada a sua importância

para a preservação da memória em ciência, tecnologia e saúde no cenário nacional, particularmente da pesquisa biomédica.

Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos que abrangeu um período de três décadas com aproximadamente quatorze mil cientistas apontou que os artigos de periódicos são considerados como o mais importante recurso informacional e que são amplamente lidos. Os cientistas afirmaram que uma grande proporção das leituras enriquece as pesquisas e contribuem para o melhor desempenho das tarefas (TENOPIR; KING, 2001).

Porém, manter uma coleção de periódicos tem sido um constante desafio para as bibliotecas, principalmente dos países em desenvolvimento. O alto custo na manutenção das assinaturas das revistas científicas desde meados dos anos 1980 fez com que várias instituições tivessem que interromper suas assinaturas, prejudicando a qualidade do acervo.

A biblioteca tem papel fundamental no ciclo da comunicação científica, ciclo este que se inicia quando o pesquisador começa sua investigação. Quando esta pesquisa é concluída, ele escreve um artigo e o submete a uma revista, onde passa pela avaliação por seus pares. Quando esta revista é publicada, a biblioteca assina a revista e se inicia uma nova investigação a partir da investigação anterior. Portanto, a biblioteca é um local onde o pesquisador tem acesso à informação científica de que necessita para desenvolver seus trabalhos. Se a biblioteca não consegue manter seu acervo atualizado, a circulação da informação científica, fundamental para o avanço da ciência, fica prejudicada.

Com o aparecimento dos periódicos eletrônicos, na década de 1990, a esperança era que este novo formato fosse minimizar os custos das assinaturas, principalmente pelo fato de algumas etapas do processo de produção dos impressos não serem necessárias para o eletrônico, como por exemplo, a impressão. Acreditava-se que esta economia seria repassada para o valor final das assinaturas. Contudo, mais de uma década se passou e os valores continuam altos.

Nesta transição as bibliotecas tiveram que se adequar a este novo formato. A forma de aquisição de periódicos é um dos serviços que precisa estar constantemente se adaptando às várias possibilidades de assinaturas, de acesso e preservação digital oferecidas pelo mercado editorial.

Nas instituições públicas na área da saúde este panorama não foi diferente. E para tanto, precisou repensar tanto a forma como gerir as assinaturas de periódicos como também, criar condições para a continuidade da pesquisa científica. Desta forma, a autora, responsável pela assinatura de aproximadamente 900 títulos de periódicos científicos internacionais que atendem as demandas dos pesquisadores da instituição, tem trabalhado continuamente na

formulação de um modelo de gestão de acervos e, com o objetivo de gerenciar as assinaturas eletrônicas de forma a atender às necessidades institucionais, buscou subsídios para a formulação de um modelo de gestão de acervos de periódicos eletrônicos da instituição. Para alcançar este objetivo, foi seguida uma metodologia qualitativa, desdobrada em duas etapas: pesquisa documental por meio dos catálogos das principais editoras e respectivos sites e pesquisa bibliográfica em bases nacionais e internacionais que pudessem iluminar as experiências nacionais e internacionais na área.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos com a pesquisa documental sobre as políticas das editoras científicas, confrontadas com a literatura científica da área de gestão de acervos.

## **2 PERIÓDICOS ELETRÔNICOS**

A partir da década de 1990, iniciou-se uma nova etapa para os periódicos científicos no mundo, com a transição dos periódicos impressos para a versão eletrônica. Esta nova fase teve um significado marcante tanto para os pesquisadores quanto para os profissionais da informação com relação à acessibilidade, à rápida e eficiente disseminação da informação, além da esperança que os custos das assinaturas dos periódicos tendessem a ficarem mais baixos.

Quando surgiu, o periódico eletrônico foi anunciado como a solução para os problemas da comunicação científica. Pensava-se nas grandes vantagens que este formato poderia trazer. As expectativas para os países desenvolvidos vinham mediante a desburocratização dos processos da publicação impressa. Seria a libertação dos sistemas perversos impostos pelas editoras científicas. Já para os países em desenvolvimento, a existência de um veículo de divulgação universal permitiria visibilidade da produção (LEMOS, 2005).

A tendência em priorizar o eletrônico em prol da publicação impressa abriu novas possibilidades para a comunicação científica. Segundo Sayão (2010), esta transição inaugurou novas formulações de apresentação e interoperabilidade, estabelecendo novos padrões de cooperação e interatividade em favor da geração de novos conhecimentos.

Realmente o mundo digital permite que se avance sem fronteiras. A ciência fala com o mundo, não importa onde estiver ou aonde quer chegar. O pesquisador dos países em desenvolvimento hoje consegue interagir com o que está sendo feito nos países do norte, além de poder também levar para o mundo o que está sendo produzido no seu país, disseminando e

agregando novos conhecimentos. Para o avanço da ciência, esta possibilidade é muito importante, principalmente quando se fala em pesquisa em saúde. No caso do Brasil, em especial por ter dimensões continentais e muitas doenças serem regionalizadas pelos fatores climáticos ou socioculturais, esta disseminação da informação se torna de suma importância. Permite, por exemplo, que um pesquisador que esteja no interior do Acre sem tantos recursos disponíveis, mas lidando com uma população exposta a determinada doença, possa via Internet interagir com grandes centros de pesquisa da região sudeste, que é a base científica do Brasil, como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantã.

Verificam-se algumas vantagens oferecidas por este novo formato, como:

- Rápida e eficiente disseminação da informação: com o uso das ferramentas de divulgação de publicações eletrônicas, o acesso ao conhecimento gerado se propaga com maior eficiência;
- Acessibilidade aos usuários: em posse de um computador e com acesso à Internet, a visualização de um artigo não tem barreiras. Hoje este acesso vai além, permitido através de Ipad, Celular e Tablet;
- Otimização do uso: com a opção pela assinatura de periódicos eletrônicos, que permite o acesso amplo e também a possibilidade de compartilhar informações entre instituições através de consórcio, busca-se minimizar os custos com assinaturas duplicadas;
- Espaço físico: com a explosão da informação, as bibliotecas tiveram que enfrentar o problema de não ter espaço para armazenar todos os documentos;
- Custo das assinaturas: com a eliminação de algumas etapas do processo de produção utilizado no caso dos impressos, acreditava-se que haveria economia no preço final dos eletrônicos.

Contudo, dificuldades também começaram a aparecer, principalmente em relação ao valor das assinaturas, garantia de acesso à coleção assinada após o cancelamento da assinatura e também com a gestão destes periódicos.

Os custos das assinaturas se mantiveram altos, fazendo com que muitas bibliotecas não tivessem como manter suas coleções completas. O aumento exagerado cobrado pela assinatura dos impressos em relação aos eletrônicos se manteve nos chamados “*big deals*”, onde a assinatura de determinados títulos fica vinculada à assinatura de um pacote, mesmo que nem todos os títulos sejam de interesse da instituição.

Na verdade quando se assina um periódico eletrônico, não se está adquirindo a propriedade sobre o documento, e sim praticando um contrato de aluguel ou licenciamento de

uso de um serviço por um prazo determinado. O fato é que na maioria dos casos quando se interrompe a assinatura, o acesso ao que foi assinado é perdido (LEMOS, 2005).

### 3 GARANTIA NA CONTINUIDADE DO ACESSO

As facilidades oferecidas pelas novas tecnologias que possibilitaram uma disseminação rápida e eficiente e também a acessibilidade aos periódicos eletrônicos também trouxeram uma preocupação pelo acesso aos documentos assinados. São variadas as políticas das editoras científicas e também os motivos de cancelamento. Conhecer as políticas das editoras é então muito importante para a garantia do acesso, continuidade da coleção e gestão do acervo de periódicos.

Algumas editoras oferecem o serviço de preservação dos documentos eletrônicos assinados com elas, seja através do acesso perpétuo ou através do pagamento de uma taxa anual ou pelo envio de uma mídia ao final do contrato. Acesso perpétuo é uma forma de manter o acesso às revistas eletrônicas anteriormente pagas, mesmo após a cessação do acordo contratual para estes documentos. É o que acontece com o acervo físico de uma biblioteca, onde se tem a posse do que foi assinado.

Waller e Bird (2006) apresentam uma lista de motivos em que o acesso perpétuo deve entrar em vigor. Não se trata de uma lista exaustiva, mas com os principais motivos que têm levando as bibliotecas a se debruçarem sobre esta questão:

- Quando a assinatura de uma revista é cancelada pela biblioteca: são vários os motivos que levam as bibliotecas cancelarem uma assinatura de periódico, seja por não atenderem as necessidades dos usuários ou principalmente por problemas orçamentários, que têm sido a maior dificuldade enfrentada pelas bibliotecas acadêmicas;
- Quando uma biblioteca tem assinatura de uma revista que deixa de ser publicada: algumas editoras por questões de interesses comerciais deixam de publicar alguns títulos de periódicos;
- Quando um título de uma revista assinada pela biblioteca é vendido ou transferido para outra editora: nesta questão, quem será o responsável em manter o compromisso com o que foi acordado na licença? O novo editor ou o antigo? Com quem ficará os *back files*?

- Quando a editora de uma revista sai do negócio: este é o caso principalmente das pequenas editoras;
- Quando se trata de Big Deals<sup>2</sup> e alguns títulos do pacote são vendidos ou comprados;
- Quando a editora de pacote de revistas sai do negócio;
- Quando a editora de pacote de revistas é comprada total ou parcialmente por outra editora;
- Quando uma assinatura de um pacote de revistas é cancelada por uma biblioteca ou consórcio;

Em todos estes casos as bibliotecas precisam ficar muito atentas e serem capazes de formularem e acompanharem as licenças de acordo com as editoras. Cada vez mais o profissional responsável pelas assinaturas de periódicos eletrônicos precisa estar capacitado para a gestão destas assinaturas e apto para negociar o estabelecimento de cláusulas que garantam a continuidade da coleção, que preservem o direito de ter acesso ao que foi pago durante a vigência da assinatura. Segundo Beh e Smith (2012), os bibliotecários precisam ficar atentos e pressionar para a inclusão de cláusulas de acesso perpétuo durante a negociação da licença.

#### **4 A POLÍTICA DAS BIBLIOTECAS ESTRANGEIRAS: UMA VISÃO A PARTIR DA LITERATURA**

Na perspectiva de analisar como as bibliotecas estão lidando com esta diversidade de políticas entre as editoras, alguns autores realizaram pesquisas junto as grandes instituições para entender este novo modelo de negócio.

Khurshid e Shaikh realizaram uma pesquisa na biblioteca da Arábia Saudita, na King Fahd University of Petroleum & Minerals, em 2009, visando obter subsídios para ajudar a biblioteca a se planejar para assegurar o direito sobre o período de três anos para o acesso contínuo aos *back files* dos periódicos de quinze plataformas de editoras comerciais e de sociedades. As respostas dos editores consultados garantiam que mais de 97% dos *back files* assinados tinham garantia de acesso perpétuo, o que incentivou a administração da biblioteca a implementar um projeto de aquisição de arquivos de periódicos eletrônicos de vários

---

<sup>2</sup> Quando a assinatura de determinados títulos fica vinculada à assinatura de um pacote, mesmo que nem todos os títulos sejam de interesse da instituição.

pacotes de sociedades. Assim, a biblioteca tem a expectativa de se tornar a maior biblioteca em conteúdos de periódicos eletrônicos da região.

Sam Roger, bibliotecário da Emporia State University desenvolveu uma pesquisa realizada em 19 bibliotecas Politécnicas e em 8 universidades da Nova Zelândia para identificar como tem sido tratado o direito de arquivo e as cláusulas de acesso perpétuo existentes nas licenças de acordos entre as editoras e as bibliotecas da Nova Zelândia.

A pesquisa constatou que para existir uma garantia de acesso a longo prazo, deve haver uma consciência do que as licenças realmente permitem. Segundo o autor, muitas bibliotecas possuem um número tão grande de periódicos eletrônicos que não conseguem ter o controle de todas as licenças, além de existirem muitas incógnitas nos contratos referentes a questões importantes para as bibliotecas.

Beh e Smith (2006) analisaram as cláusulas de acesso perpétuo de dezenove licenças de pacotes de e-revistas das bibliotecas da Texas University para entender o que os editores estão oferecendo em termos de acesso perpétuo. Analisaram se existia a cláusula nas licenças e em caso positivo, se as editoras honraram seus compromissos, qual o formato oferecido, se existia algum custo adicional e se eles ofereciam os serviços como o do CLOCKSS (Controlled Lockss), LOCKSS (Lots of Copies Keep Stuff Safe) ou Portico. Paralelo a esta análise, os autores também fizeram alguns questionamentos junto às editoras em relação à permissão de empréstimo entre bibliotecas de periódicos com acesso perpétuo e como a editora tratava o caso de transferência de títulos de uma editora para outra.

Na busca de entender como esta questão estava sendo tratada em outras instituições também enviaram um inquérito via e-mail para o listservs EriL-L, SERIALST, LIBLICENSE-L, NASIG-L e ACQNET-L.

Os autores concluíram que as bibliotecas ao tomarem decisões sobre coleções eletrônicas precisam se planejar para garantir o acesso a estas coleções no futuro, muito mais do que quando impressas. Devem ser considerados fatores como orçamento para as possíveis taxas cobradas para o acesso perpétuo, conhecimento técnico e equipamentos necessários para fornecerem acesso a arquivos hospedados localmente.

Apesar das licenças cada vez mais fazerem previsão de acesso perpétuo, os meios de realização ainda são muitas vezes pouco desenvolvidos, tornando a biblioteca a parte frágil da negociação por não ter clareza dos seus direitos. Muitas vezes a falta de especificação com relação às taxas interfere no planejamento orçamentário. O acesso a títulos transferidos de uma editora a outra muitas vezes não tem a garantia do acesso perpétuo. Fica a preocupação

com a capacidade das bibliotecas em garantirem acesso futuro aos conteúdos eletrônicos pagos aos seus usuários.

Outra pesquisa foi realizada nas bibliotecas acadêmicas pertencentes a três consórcios: the Association of Research Libraries (ARL), organização sem fins lucrativos que envolve 125 bibliotecas de pesquisa dos Estados Unidos e Canadá; the Association of Southeastern Research Libraries (ASERL), considerado o maior consórcio de bibliotecas regionais de pesquisas dos Estados Unidos e Greater Western Library Alliance (GWLA), consórcio de 33 bibliotecas de pesquisa localizadas na região de central e oeste dos Estados Unidos, para entender como as bibliotecas estão enfrentando a questão do acesso perpétuo (CARR, 2010). Foram convidadas para participar da pesquisa 136 bibliotecas, porém apenas 48 completaram o questionário, ou seja, 35%.

A pesquisa mostrou que independente dos recursos das bibliotecas, a maioria das bibliotecas parecem abraçar o compromisso do acesso perpétuo. As emergências tecnológicas também não afetaram este compromisso. As respostas foram positivas na importância do acesso perpétuo. Contudo, segundo Car (2010), embora o resultado tenha demonstrado a preocupação em fortalecer o compromisso do acesso perpétuo, o que se encontra na realidade é um cenário diferente. Este compromisso realmente concorre com as necessidades imediatas dos usuários. Os cortes nos orçamentos estão fazendo com que muitas bibliotecas migrem para agregadores de texto completo, que não oferecem acesso perpétuo. O autor entende que as bibliotecas precisam fazer uma análise sobre seu papel no futuro neste ambiente eletrônico, bem como qual o julgamento está sendo feito ao priorizar as necessidades do usuário atual em detrimento do usuário do futuro. A tendência no crescimento de outras tipologias documentais se tornarem eletrônicas fortalece a necessidade das bibliotecas acadêmicas abraçarem estes desafios. Ao fazerem isso irão desenvolver um conhecimento sólido que servirá como alicerce para a tomada de decisões sobre o compromisso do acesso perpétuo.

Jim Stemper e Susan Barribeau (2006) analisaram contratos entre a Universidade de Minnesota e quarenta editores de periódicos eletrônicos, assim como de dez grandes agregadores de *e-journals*. A questão era: Qual a frequência de cláusulas contratuais que garantem o acesso perpétuo para contratos interrompidos por outros motivos que não seja a violação de licença?

Como resultado, observaram que a maioria dos editores pesquisados dispunha do acesso perpétuo de alguma forma, muitas vezes, por acesso contínuo através do servidor do editor. Os autores reforçam o discurso de que as bibliotecas precisam ficar atentas em relação às licenças, não permitindo licenças gerais, que não reflitam a necessidade da biblioteca e

seus usuários. Caso contrário, correm o risco de perderem o acesso no futuro. Não devem tomar a decisão de cancelar assinaturas impressas em favor das eletrônicas sem a garantia do acesso perpétuo. Devem garantir um orçamento para garantir este acesso.

## **5 METODOLOGIA**

Visando complementar os achados da revisão da literatura, e a fim de conhecer as políticas das editoras científicas de periódicos da área da saúde que trabalhavam com a instituição, optou-se por uma pesquisa documental.

Segundo Tobar (2002), pesquisa documental é realizada com base em documentos guardados em órgãos públicos ou privados de qualquer natureza, ou com pessoas. E pesquisa bibliográfica trata-se de um estudo sistematizado desenvolvido a partir de material publicado em livros, revistas, material acessível ao público.

De acordo com Gil (2010) a pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica, pois ambas são desenvolvidas a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O autor considera que a única diferença entre elas está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica consiste nas contribuições dos diversos autores em determinado assunto, enquanto a documental se utiliza de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou mesmo aqueles que ainda podem ser elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

É com base principalmente nesses dois autores que se caracteriza o desenvolvimento desta pesquisa.

Esta fase da pesquisa foi realizada em dois momentos e consistiu de análise das políticas das editoras em relação à garantia de acesso às coleções assinadas após o cancelamento das assinaturas dos periódicos eletrônicos.

A pesquisa exploratória inicial foi realizada no ano de 2012 com as informações obtidas nos sites das quatro editoras identificadas como as maiores fornecedoras de assinaturas de periódicos científicos internacionais para a instituição, e complementada por meio de mensagens enviadas, através do correio eletrônico, pelos seus representantes no Brasil e também pelos representantes das duas agências que fazem o intermédio com as editoras científicas, a Ebsco Brasil Ltda. e a ForAll Assinaturas e Livros Ltda.

Para efeitos desta seleção inicial, foram considerados maiores editores aqueles de quem a instituição detinha o maior número de assinaturas, a partir de um mapeamento das planilhas utilizadas para o controle dos títulos assinados. A instituição possuía naquela época

assinatura de periódicos distribuídos por 257 diferentes editores, com cerca de 950 assinaturas de periódicos internacionais. As editoras Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer e Taylor and Francis eram produtoras de cerca de 33% do total das assinaturas, conforme se segue:

- Elsevier (com 139 títulos);
- Wiley-Blackwell (85);
- Springer (66);
- Taylor & Francis (20).

Após esta análise, verificou-se a necessidade de ampliar esta pesquisa para as outras editoras que passaram a fornecer apenas no formato eletrônico os títulos assinados pela instituição no formato impresso. Desta forma, o número de editoras analisadas passou a ser de 20.

Para obter informação sobre as políticas das editoras, foram feitas consultas nos *sites* das editoras. Na ausência desta informação no *site*, foram encaminhados *e-mails* para os profissionais que constavam nos *sites* como o contato para esclarecer dúvidas. Estes dados também foram obtidos, via *e-mail* e através dos representantes das duas agências que fazem o intermédio entre a instituição e as editoras científicas, a Ebsco Brasil Ltda e a ForAll Assinaturas e Livros Ltda.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa documental buscou identificar a política dos principais agentes e editores do núcleo de periódicos assinados pela instituição. São sumarizados a seguir resultados de ambas as etapas.

### **6.1 Investigação preliminar realizada no ano de 2012:**

- Elsevier – fornece o acesso perpétuo gratuito aos conteúdos dos periódicos desde que a assinatura do Science Direct esteja habilitada. No caso de cancelamento da base ScienceDirect, oferece cópia do conteúdo assinado em mídia atualizada. Em outros casos, o acesso aos *downloads* é pago;
- Wiley – oferece acesso perpétuo ao conteúdo assinado sem nenhuma taxa de manutenção e/ou obrigatoriedade em manter a renovação. Durante a vigência da

assinatura permite o acesso retroativo desde 1997;

- Springer E-Only – oferece acesso aos títulos Springer somente no formato eletrônico, com direito a seu acesso contínuo garantido, através do Springerlink e com aquisição do seu conteúdo digital (*backup* físico) incluído. Esse acesso contínuo através do Springerlink é oferecido sem custo adicional, desde que a instituição mantenha um contrato ativo com a editora. Caso contrário, a instituição tem uma carência de dois anos. Após esse período, caso a instituição queira continuar acessando através do Springerlink, será oferecido esse acesso por meio do pagamento de uma taxa de US\$ 645.00;
- Taylor & Francis - disponibiliza ao assinante o acesso online completo do período assinado - por exemplo, ano-calendário 2012 - e anos anteriores (*backfiles*). Encerrando o ano, encerra a assinatura, e conseqüentemente o acesso.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa documental, fomos informados pela representante da empresa ForAll Assinaturas e Livros Ltda. que a editora Taylor & Francis havia mudado sua política em relação ao acesso após o cancelamento da assinatura, passando a oferecer o acesso perpétuo ao conteúdo assinado no caso de cancelamento, sem o pagamento de qualquer taxa anual. Porém, o acesso aos *backfiles* que não foram pagos, seria perdido.

Nesta análise preliminar da política das principais editoras, entende-se que somente a Wiley fornece realmente acesso perpétuo amplo e irrestrito ao conteúdo dos periódicos, pois permite acesso mesmo que a assinatura seja interrompida.

## 6.2 POLÍTICAS DAS EDITORAS QUE FIZERAM A TRANSIÇÃO DOS TÍTULOS IMPRESSOS PARA O FORMATO ELETRÔNICO E PASSARAM A FORNECER TÍTULOS APENAS NO FORMATO ELETRÔNICO:

- American Animal Hospital Association: após o cancelamento ou o término da assinatura, perde-se o acesso;
- American Association for Cancer Research: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- American Society Biochemistry and Molecular Biology: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;

- American Society for Cell Biology: após o cancelamento ou o término da assinatura, perde-se o acesso;
- American Society for Microbiology: após o cancelamento da assinatura, o acesso sofre um embargo de 6 meses para os artigos científicos e de 12 meses ou mais para os de revisão;
- American Society for Pharmacology and Experimental Therapeutics: após o cancelamento terá acesso gratuito com embargo de 12 meses;
- Association of University Programs in Health Administration: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- Bentham Science Publishers: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- Cambridge University Press: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- Elsevier: fornece o acesso perpétuo gratuito aos conteúdos dos periódicos desde que a assinatura do Science Direct esteja habilitada. No caso de cancelamento da base ScienceDirect, oferece cópia do conteúdo assinado em mídia atualizada. Em outros casos, o acesso aos *downloads* é pago;
- Genetics Society of America: após o cancelamento terá acesso gratuito com embargo de 12 meses;
- Mary Ann Liebert Inc.: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- Mycotaxon Ltd: permite o acesso perpétuo, porém não se obteve resposta sobre a necessidade do pagamento de qualquer taxa.
- NewsRX (USA): não se obteve retorno deste editor e também não foi encontrada a informação no site;
- ProQuest: o acesso ao conteúdo refere-se ao ano-calendário assinado. Após o encerramento da vigência da assinatura é possível acessar o conteúdo assinado através do pagamento de uma taxa de acesso;
- Royal Society of Chemistry: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- Sage Publications: permite o acesso perpétuo a todo conteúdo assinado sem o pagamento de qualquer taxa;
- Springer: oferece acesso aos títulos Springer somente no formato eletrônico, com

direito a seu acesso contínuo garantido, através do Springerlink e com aquisição do seu conteúdo digital (*backup* físico) incluído. Esse acesso contínuo através do Springerlink é oferecido sem custo adicional, desde que a instituição mantenha um contrato ativo com a editora. Caso contrário, a instituição tem uma carência de dois anos. Após esse período, caso a instituição queira continuar acessando através do Springerlink, será oferecido esse acesso por meio do pagamento de uma taxa de US\$ 645.00;

- Thomson Reuters: oferece acesso perpétuo. Para o primeiro ano de assinatura online, é necessário comprar juntamente ao ano corrente pelo menos cinco anos de conteúdo retroativo;
- Wiley: oferece acesso perpétuo ao conteúdo assinado sem nenhuma taxa de manutenção e/ou obrigatoriedade em manter a renovação. Durante a vigência da assinatura permite o acesso retroativo desde 1997.

Observa-se que existe uma diversidade na política praticada pelas editoras quanto ao acesso após o cancelamento da assinatura dos títulos eletrônicos, o que dificulta seriamente a gestão destas assinaturas, pois a maioria das grandes editoras não garante acesso ao conteúdo dos periódicos.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As novas tecnologias trouxeram vantagens para os serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas. A transição dos periódicos impressos para os eletrônicos na década de 1990 vem permitindo algumas vantagens, como: uma rápida e eficiente disseminação da informação, acessibilidade do usuário, otimização do uso, minimização do problema de espaço físico, dentre outras. Contudo, alguns questionamentos começaram a surgir em relação à preservação do material digital, à garantia ao acesso perpétuo à coleção assinada eletronicamente e à disponibilização deste material para a comunidade científica.

Percebeu-se uma prática diferente dos periódicos editados por associações de classe, que permitem, na maioria das vezes, acesso ilimitado ao conteúdo dos seus periódicos, passado o período de embargo, o que pode indicar adesão desta categoria de editora ao movimento de acesso livre à informação científica. Este resultado contrasta com o de Mei Zhang e Kristin Eschenfelder (2012), que ao analisarem 72 licenças de periódicos eletrônicos para verificar qual a variação entre as editoras comerciais, de associação e universitárias em

relação às cláusulas de acesso perpétuo, concluíram que as editoras comerciais eram mais propensas a contemplarem acesso perpétuo em suas licenças que os outros dois tipos de editoras.

As políticas das editoras são variadas quanto à garantia do acesso após o cancelamento da assinatura dos títulos eletrônicos, nos casos em que a revista que deixa de ser publicada ou é vendida ou transferida para outra editora e também quando a editora de uma revista sai do negócio. No caso de *Big Deals*, as preocupações devem estar voltadas para aqueles títulos do pacote que são vendidos ou comprados, quando a editora de pacote de revistas sai do negócio ou é comprada total ou parcialmente por outra editora. Esta variedade de políticas gera uma dificuldade para a gestão destas assinaturas, que necessita de uma política de aquisição que abarque os variados contratos com as editoras. Em todos estes casos, reafirma-se a necessidade das bibliotecas estarem muito atentas e serem capazes de formular e acompanhar as licenças de acordo com as editoras.

## REFERÊNCIAS

BEH, E., SMITH, J. Preserving the scholarly collection: an examination of the perpetual access clauses in the Texas A&M University Libraries' Major e-journal licenses.

**SerialsReview**, v. 38, n. 4, p. 235-242, 2012. Disponível em:

<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0098791312001402>. Acesso em: 7 dez. 2013.

CARR, P L. The Commitment to securing perpetual journal access. **Library Resource & Technical Services**, v. 55, n. 1, p. 4-16, 2011. Disponível em:

[http://thescholarship.ecu.edu/bitstream/handle/10342/3139/LRTS-D-10-00013\[1\].pdf](http://thescholarship.ecu.edu/bitstream/handle/10342/3139/LRTS-D-10-00013[1].pdf).

Acesso em: 30 maio 2013.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

KHURSHID, Z., SHAIKH, J. A. Current initiatives for e-journal archives and perpetual access at King Fahd University of Petroleum & Minerals. **The Serials Librarian**, v. 57, p. 128-136, 2009. Disponível em:

<http://search-ebSCOhost.com.ez68.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=43051369&lang=pt-br&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 7 dez. 2013.

LEMOS, A. A. B. de. **Periódicos eletrônicos: problema ou solução**. Disponível em:

[http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet\\_lemos7.htm](http://www.briquetdelemos.com.br/briquet/briquet_lemos7.htm). Acesso em: 12 out. 2012.

ROGERS, S. Survey and analysis of electronic journal licenses for long-term access provisions in tertiary New Zealand academic libraries. **SerialsReview**, v. 35, n. 1, p. 3-15,

2009. Disponível em: <[http://ac.els-cdn.com.ez68.periodicos.capes.gov.br/S0098791308001275/1-s2.0-S0098791308001275-main.pdf?\\_tid=d0c42f18-41eb-11e5-98eb-00000aab0f26&acdnat=1439491858\\_6dc10ed683682cb3fa1697d89887a046](http://ac.els-cdn.com.ez68.periodicos.capes.gov.br/S0098791308001275/1-s2.0-S0098791308001275-main.pdf?_tid=d0c42f18-41eb-11e5-98eb-00000aab0f26&acdnat=1439491858_6dc10ed683682cb3fa1697d89887a046)>. Acesso em: 6 dez. 2013.

SAYÃO, L. F. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. **Ponto de Acesso**, v. 4, n. 3, p. 68-94, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/15903/1/4709-12401-1-PB%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

STEMPER, J.; BARRIBEAU, S. Perpetual access to electronic journals; a survey of one academic research library's licenses. **Library Resources & Technical Services**, v. 50, n. 2, p. 91-109, 2006.

TENOPIR C.; KING D. W. A importância dos periódicos para o trabalho científico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 25, n. 1, p. 15-26, 2001. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/RBB/article/viewFile/606/604>>. Acesso em: 6 mar. 2010.

TOBAR, F.; YALOUR, M.R. **Como fazer teses em saúde pública**: conselhos e ideias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisas. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001. 172 p.

WALLER, A., BIRD, G. "We own it": dealing with perpetual access in big deals. **The Serials Librarian**, v. 50, n. 1-2, p. 179-196, 2006. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/8099/1/NASIG\\_article\\_-\\_submitted\\_version.pdf](http://eprints.rclis.org/8099/1/NASIG_article_-_submitted_version.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2013.

ZHANG, M, ESCHENFELDER, K License Analysis on e-Journal Perpetual Access of Library. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 49, n. 1, p. 1-4, 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/meet.14504901273/pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2013.